



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**Prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos**

**Procuradoria-Geral**

**PROJETO DE LEI Nº 063 DE 30 DE JULHO DE 2025.**

**INSTITUI O COMITÊ MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA ENCARGADO DE PROMOVER E COORDENAR A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA NO MUNICÍPIO DE ARROIO DOS RATOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**DARCI RENATO FEITEN**, Prefeito Municipal de Arroio dos Ratos - RS, no uso de suas atribuições legais,

**FAZ SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído o Comitê Municipal Intersectorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância do Município de Arroio dos Ratos, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 13.257, de 8 de março de 2016 – Marco Legal da Primeira Infância, com a finalidade de promover e coordenar a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância, abrangendo os vários direitos da criança de até 06 (seis) anos de idade, com abordagem intersectorial, bem como participação das instituições e setores do Governo Municipal e da Sociedade Civil, em consonância com o Plano Nacional pela Primeira Infância 2020-2030.

§ 1º Os órgãos e os serviços públicos municipais darão apoio técnico e logístico, diante de suas possibilidades e competências, à elaboração do Plano referido no caput deste artigo.

§ 2º São conteúdos prioritários do Plano Municipal pela Primeira Infância: a saúde, a alimentação e a nutrição, a educação infantil, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança e à própria criança conforme suas necessidades, a cultura, o brincar e o lazer, o espaço e o meio ambiente, a proteção contra toda forma de violência, a prevenção de acidentes, medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica e a indução ao consumismo.

**Art. 2º** São atribuições do Comitê Municipal Intersectorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância:

I– Elaborar o Plano Municipal pela Primeira Infância de forma integrada, por meio da conjunção de esforços entre todos os seus integrantes, observadas as diretrizes para a elaboração e implementação das políticas pela primeira infância estabelecidas pelo Art. 4º da Lei Federal nº 13.257/2016 - Marco Legal da Primeira Infância e em consonância com o Plano Nacional pela Primeira Infância 2020-2030;

II– Assegurar a articulação das ações voltadas à proteção e à promoção dos direitos da criança no âmbito do município, garantida a participação social por meio dos conselhos de direitos e representantes de entidades da sociedade civil;

III– Promover ações que concorram para a construção de uma cultura da intersectorialidade e da complementaridade das ações voltadas à proteção integral da criança, sua promoção e participação nos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos**  
**Procuradoria-Geral**

termos da Lei Federal nº 13.257/2016;

IV– Acompanhar e avaliar a execução de políticas públicas voltadas à primeira infância, bem como do Plano Municipal pela Primeira Infância;

V– Atuar, em regime de colaboração com o Estado e a União, para o pleno atendimento dos direitos da criança na primeira infância;

VI– Propor e coordenar as ações de prevenção e proteção à criança na primeira infância contra toda forma de violência;

VII– Promover de forma intersetorial estudos, pesquisas, seminários, palestras, publicações e afins;

VIII– Dar publicidade a dados e informações sobre o andamento do Plano Municipal para a Primeira Infância para a população em geral.

**Art. 3º** O Comitê Municipal Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância será composto por um representante titular e um suplente dos seguintes órgãos:

I – Do Governo Municipal:

- a) Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social;
- b) Secretaria Municipal de Educação;
- c) Secretaria Municipal de Saúde;
- d) Secretaria Municipal de Administração.

II – Da Sociedade Civil, indicados pelos seguintes órgãos:

- a) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA;
- b) Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;
- c) Conselho Municipal de Educação - CMEAR;
- d) Conselho Municipal de Saúde - CMS.

III – Dos colaboradores:

- a) Associação Comunitária Cristã Ebenezer;
- b) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE;
- c) Abrigo Institucional da Criança e do Adolescente Dona Laura;
- d) Programas Primeira Infância Feliz – PIM e Primeira Infância no SUAS – Criança Feliz;
- e) Conselho Tutelar;
- f) Creche Comunitária Izolina Rodrigues;
- g) Colégio Cenecista Santa Bárbara;

§ 1º Os membros do Comitê serão indicados pelo titular do órgão e designados por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, podendo ser integrados novos representantes posteriormente.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos**  
**Procuradoria-Geral**

§ 2º Na composição do Comitê deverá ser observada a paridade entre integrantes do Governo Municipal e os representantes da Sociedade Civil.

§ 3º O Comitê Municipal Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância será coordenado (a) pelo(a) Secretário(a) Municipal de Saúde, que o presidirá, devendo convocar e coordenar as reuniões, apresentar proposta de cronograma de trabalho e etapas que deverão ser desenvolvidas.

§ 4º Na ausência do titular da Secretaria Municipal de Saúde, a coordenação do Comitê Municipal Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância será exercida por servidor indicado pelo(a) Secretário(a).

§ 5º O Comitê Municipal Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância poderá convidar representantes de outros órgãos, instituições, e entidades públicas ou privadas, além daquelas dispostas no Art. 3º, bem como profissionais e especialistas de diferentes áreas, para reuniões, debates, palestras, seminários, com o objetivo de aprofundar a análise dos temas e propor sugestões para o Plano Municipal para a Primeira Infância, sem direito a voto.

§ 6º A participação dos representantes do Comitê Municipal Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

**Art. 4º** A instalação e a constituição do Comitê Municipal Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância deverão ser realizadas no prazo de 90 (noventa dias) a partir da publicação desta Lei.

**Art. 5º** O funcionamento do Comitê Municipal Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância será disciplinado em seu regimento interno, que deverá ser aprovado em ato da coordenação deste, no prazo de 90 (noventa dias), contados da data de sua constituição.

**Art. 6º** A representação dos órgãos, por meio de seus membros, deverá ocorrer pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, garantindo-se a possibilidade de alternância.

Parágrafo único. Poderá haver a recondução dos membros por igual período, nos termos do regimento interno.

**Art. 7º** O Comitê Municipal Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância apresentará a versão preliminar do Plano Municipal pela Primeira Infância, às organizações Governamentais e da Sociedade Civil que participaram de sua elaboração e à sociedade em geral para debate, aperfeiçoamento e aprovação, por meio de metodologia definida pelo próprio Comitê.

Parágrafo único. A apresentação poderá ser feita sob a forma, entre outras, de consulta pública, audiência pública, seminário, fóruns temáticos.

**Art. 8º** O Comitê Municipal Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância deverá elaborar o Plano Municipal pela Primeira Infância encaminhando-o em seguida ao Prefeito para posterior edição de Projeto de Lei.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos**  
**Procuradoria-Geral**

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 30 de julho de 2025**

**DARCI RENATO FEITEN**  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Em,

**MÁRIO LUIZ DE LIMA**

Secretário Municipal de Administração



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**Prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos**

**Procuradoria-Geral**

**MENSAGEM DE JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº063, DE 30 de Julho de 2025**

**EXCELENTÍSSIMA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARROIO DOS RATOS,**

**EXCELENTÍSSIMO(a) PRESIDENTE,**

**EXCELENTÍSSIMOS SENHORES VEREADORES.**

Apraz-nos cumprimentar Vossa Excelência, bem como aos demais membros desta Colenda Câmara de Vereadores, ao mesmo tempo em que lhes encaminhamos o Projeto de Lei Ordinária nº063.2025 **que INSTITUI O COMITÊ MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA ENCARGADO DE PROMOVER E COORDENAR A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA NO MUNICÍPIO DE ARROIO DOS RATOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988, nos artigos 30, VI; 204; 211, §2º; 212 e, em especial, no Art. 227, o qual determina prioridade absoluta ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

Considerando o disposto na Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, em especial sobre a política de atendimento e a diretriz da municipalidade do atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

Considerando o disposto na Resolução nº 171/2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, que estabelece os parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal;

Considerando o disposto na Lei Federal nº 13.257/2016 – Marco Legal da Primeira Infância, que estabelece princípios e diretrizes para a formulação e implementação de Políticas Públicas pela Primeira Infância, em especial em seus Art. 7º e 8º;

Considerando os princípios e diretrizes do Plano Nacional pela Primeira Infância, bem como seus objetivos e suas metas, elaborado pela Rede Nacional Primeira Infância e aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, em dezembro de 2010.

O que é o Plano Municipal pela Primeira Infância?

É o instrumento que preconiza a implementação de ações intersetoriais e integradas, consolidando o atendimento aos direitos da criança na Primeira Infância e a decisão do Poder Executivo Municipal que confirma a autonomia e representa a responsabilidade de reconhecer as demandas locais e articular estratégias de enfrentamento às violações de direitos e de multiplicação das boas práticas pelas suas



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos**  
**Procuradoria-Geral**

infâncias, ao passo em que a qualificação de ações e de profissionais também se torna elemento necessário no processo.

No processo de elaboração dos planos municipais, os diversos conselhos setoriais locais (Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho de Assistência Social, Conselho de Saúde, Conselho de Educação, Conselho Tutelar, entre outros), têm papel protagonista, assim como os órgãos do poder executivo e as organizações representativas da sociedade civil voltadas à primeira infância. Da mesma maneira, o trabalho

em rede, articulando os diversos atores do Sistema de Garantia de Direitos, é uma premissa fundamental para a elaboração e a efetivação do Plano Municipal pela Primeira Infância. Este caráter plural garante que cada tema relacionado à primeira infância receba a atenção devida com a expertise necessária.

Diante o exposto, encaminhamos o presente Projeto de Lei o qual tem por objetivo a criação do Comitê Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância no Município de Arroio dos Ratos, com a finalidade de assegurar a articulação das ações voltadas à proteção e à promoção dos direitos da criança na primeira infância (crianças de 0 a 6 anos), através da implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância, em atendimento ao disposto no Art. 7º, da Lei nº13.257, de 08 de março de 2016.

A norma constitucional estabelece ser dever da família, da sociedade e do Estado cuidar das crianças. Estudos científicos comprovam que as experiências vividas e os estímulos que a criança recebe na primeira infância são primordiais para seu desenvolvimento ao longo de toda a sua vida.

É por esse motivo que o Plano Municipal pela Primeira Infância se revela um instrumento de gestão essencial para a implementação de programas, políticas e serviços qualificados para o desenvolvimento infantil de forma intersetorial e concreta.

A intersetorialidade possibilita uma maneira mais eficaz de atendimento às demandas, com o trabalho realizado de forma articulada e integrada entre as áreas de saúde, educação, assistência social e outras que atuam no atendimento a essa faixa etária, evitando ações desconectadas.

A criação de um Plano Municipal pela Primeira Infância possibilita apurar e atuar nas principais necessidades das crianças no âmbito local, sendo um instrumento fundamental para a defesa e efetiva garantia dos direitos da primeira infância.

Sendo assim, estas são as razões do encaminhamento do presente Projeto de Lei e, considerando o extremo alcance social da proposta, permanecemos confiantes em sua aprovação unânime por esse Legislativo.

Ante o exposto, requeiro a inclusão em pauta e a aprovação do presente projeto de lei, colocando-me à disposição dos Vereadores para eventuais outros esclarecimentos que se façam necessários.

Diante do exposto, solicitamos ao Legislativo Municipal a apreciação e aprovação do presente projeto.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**Prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos**

**Procuradoria-Geral**

Era o que tínhamos para o momento.

Renovo meus votos de estima e consideração

**DARCI RENATO FEITEN**  
**Prefeito Municipal**